

**PROJECTO DE ATRIBUIÇÃO DE
TOPÓNIMOS AOS NOVOS ARRUAMENTOS
DA VILA DE
VIANA DO ALENTEJO**

**Comissão Municipal de Toponímia
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO**

2012

INDICE

VIANA – ZONA 1.....	3
1.1. BECO DAS PISCINAS	3
1.2. RUA 13 DE JANEIRO DE 1898	3
1.3. PRACETA COMBATENTES DO ULTRAMAR	6
1.4. RUA IRMÃ MARIA DAS NEVES	8
VIANA – ZONA 2.....	9
2.1. RUA TÚLIO ESPANCA	9
2.2. TRAVESSA DO PROGRESSO	10
2.3. RUA DA REFORMA AGRÁRIA	10
2.4. TRAVESSA LÍDIA FALÉ	11
VIANA – ZONA 3.....	13
3.1. RUA DO COMBATE DA PATULEIA	13
3.2. RUA DA BARCA	14
3.3. RUA D. JOANA DA GAMA	15
3.4. RUA FERNÃO CARDIM	18
3.5. RUA PROFESSOR RICARDO ROSA Y ALBERTY	22
3.6. RUA DAS FLORES	24
VIANA – ZONA 4.....	25
4.1. RUA DO MAUFORO	25
4.2. RUA COMANDANTE FARIA E MELO	25
4.3. AZINHAGA DO CHAPARREIRO	27
4.4. RUA PINTOR JÚLIO RESENDE	27
4.5. TRAVESSA PRESIDENTE JOSÉ FRAGOSO	29
4.6. PRACETA JORNAL "O TRANSTAGANO"	30
4.7. PRACETA "PHILARMONICA VIANNENSE"	32
VIANA – ZONA 5.....	35
5.1. RUA DO POÇO DO CONCELHO – REPOSIÇÃO DE TOPÓNIMO	35
5.2. RUA VIANNA DE FOXEM	35
5.3. RUA AFONSO III	38
5.4. RUA DE D. DINIS	41
5.5. RUA D.GIL MARTINS DE RIBA DE VIZELA	43
5.6. TRAVESSA DA MOAGEM	46
5.7. RUA DA HORTA DE SANTO ANTÓNIO	47
6. NOTAS FINAIS.....	48

VIANA – Zona 1

1.1. BECO DAS PISCINAS

O nome refere-se à existência, neste local, das Piscinas Municipais de Viana do Alentejo. Inauguradas a 1 de Agosto de 1998, integram-se numa ampla zona de laser denominada “Horta da Joana”.

1.2. RUA 13 DE JANEIRO DE 1898

Nos finais do século XIX, em 1895, o concelho de Viana do Alentejo foi suprimido e integrado no de Évora por uma reforma administrativa levada a cabo pelo governo de João Franco e Hintze Ribeiro, reforma essa que também afectou muitos outros municípios de todo o País.

O nosso concelho já então apresentava a configuração que tem hoje, uma vez que a supressão e anexação a Viana do Alentejo dos antigos concelhos de Aguiar e Alcáçovas tinha ocorrido a 6 de Novembro de 1836, no âmbito de um movimento reformista mais amplo, liderado por Mouzinho da Silveira. Nesse processo, totalmente fabricado no Terreiro do Paço, não foram ouvidos os representantes das autarquias extintas, nem tão pouco os dos municípios a que elas foram anexadas. Dos 779 concelhos existentes em 1835 desapareceram 448, tendo-se mantido 351. Muitos deles, a grande maioria, nunca mais foram restaurados. Tais foram os casos, entre muitos outros, de Terena e Juromenha, que foram incorporadas no município do Alandroal; do concelho de Oriola e da sua freguesia de S. Bartolomeu da Oriola, que na mesma data passaram a integrar o concelho de Portel; ou ainda do de Vila Nova da Baronia, que se ligou a Alvito.

Mais de meio século depois, em 1895, a reforma administrativa de João Franco procurou, segundo os seus mentores, "*a constituição e organização dos municípios*", muitos dos quais, "*pela exiguidade dos seus recursos, limitada área e diminuta população, carecem dos meios essenciais, e até de pessoal habilitado e suficientemente numeroso para o cabal desempenho da sua alta missão*". O diploma verificava ainda que os pequenos municípios não estavam em condições de acertar o passo pelos restantes "*apesar dos exagerados gravames tributários de que têm lançado mão*", mas que, ainda assim, "*pouco ou nada têm podido fazer no que respeita à viação, instrução, beneficência, polícia, higiene, e outros serviços municipais outrora quase não existentes em muitos pontos do país, mas em que hoje pode dizer-se consiste o que há de mais interessante e necessário para a vida local*". De facto, os magros orçamentos de municípios como o de Viana do Alentejo seriam absorvidos quase inteiramente por encargos gerais, isto é, "*as despesas oficiais da autonomia e representação municipal*". Em resumo, para João Franco, "*a falta de recursos, a escassez de pessoal habilitado para os corpos gerentes, e os encargos excessivos que a multiplicidade de pequenos municípios reclamava apenas produzem exageros tributários, medíocre administração e desperdício de forças e de riqueza que se não compadecem com a situação económica e financeira do Reino*". Consequentemente, a solução preconizada era: "*convenientemente reorganizados e classificados os municípios, os mesmos sacrifícios, divididos por maior número, tornar-se-ão menos pesados a cada um, e o racional aproveitamento dos diversos grupos de elementos e de actividades sociais dará forçosamente uma resultante mais poderosa e eficaz, não só para a prosperidade local, mas igualmente para o progresso nacional*".¹

Consumada a extinção do concelho de Viana do Alentejo, por decreto de 12 de Julho de 1895, foram as suas freguesias integradas no de Évora, que assim se viu consideravelmente aumentado na sua área. A reacção local a esta perda de autonomia municipal não se fez obviamente esperar, tendo sido conduzida pelo vianense, veterinário e agrónomo, António Isidoro de Sousa. Este organizou e liderou um movimento municipalista de âmbito nacional, cujo objectivo era alcançar o restauro do

¹ SERRA, João B., "As reformas da Administração Local de 1872 a 1910", in *Análise Social*, vol, XXIV, 1998, pp 1056,1057.

nosso e dos outros municípios extintos, entre os quais se contavam Oeiras, Monforte, Moita, Alcochete, Cadaval. O êxito desse movimento levou efectivamente à recuperação da nossa autonomia concelhia, em 13 de Janeiro de 1898, mantendo o município a configuração territorial que tinha antes da supressão de 1895. Depois dessa data e durante um curto período de tempo António Isidoro de Sousa foi presidente da Câmara Municipal. Ainda em 1898, em Maio, foi mandada colocar pela Comissão Municipal a lápide que está na frontaria dos antigos Paços do Concelho, na Praça que então se chamava do Município e que hoje é da República:

“O Concelho e Vianna do Alemtejo, cujo primeiro foral data de 1255, suprimido em 12 de Julho de 1895, foi restaurado em 13 de Janeiro de 1898, graças ao movimento municipalista por elle iniciado. Em memória de tão fausto successo o povo viannense mandou collocar este padrão aos 17 de Maio de 1898.”

António Isidoro de Sousa faleceu em 1914, sem nunca se ter afastado das suas convicções de monárquico e católico, esclarecido e progressista. Reconhecida pela sua obra a população subscreveu a construção, na Praça da República, de um monumento em sua memória, inaugurado em 28 de Abril de 1940 pelo seu irmão, o Conselheiro José Fernando de Sousa.

Bibliografia:

FIGUEIREDO, Fausto, J.A., “A reforma concelhia de 6 de Novembro de 1836”, Separata da Revista *O Direito*, ano 82, nº 4, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

OLIVEIRA, César (d direcção), *História dos Municípios e do Poder Local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

SERRA, João B., "As reformas da Administração Local de 1872 a 1910", in *Análise Social*, vol, XXIV, 1998.

1.3. PRACETA COMBATENTES DO ULTRAMAR

Com os acontecimentos dramáticos ocorridos a 4 de Fevereiro de 1961, no norte de Angola, teve início o conflito que, em três frentes de combate simultâneas, opôs Portugal aos movimentos de libertação das três maiores colónias portuguesas, Guiné, Moçambique e Angola. Durante 13 anos e até ao 25 de Abril de 1974 algumas centenas de milhar de jovens portugueses, na flor da idade, viram as suas vidas violentadas pelo cumprimento de um serviço militar obrigatório, de cerca de quatro anos, do qual não havia a certeza do regresso. Em 1974 Portugal mantinha perto de 150.000 efectivos militares no terreno, num esforço que exauria os nossos recursos financeiros e que acabou por custar dezenas de milhar de feridos, 15.500 deficientes permanentes e 8.289 mortos.

O concelho de Viana do Alentejo também foi constrangido a dar o seu contributo para aquele conflito, tendo assistido ao embarque de centenas dos seus jovens a caminho dos três teatros de guerra. Para trás ficaram mães lavadas em lágrimas, noivas desconsoladas e famílias mortificadas, a todos envolvendo uma enorme angústia e incerteza. Recorria-se frequentemente à ajuda divina, os corredores dos ex-votos do Santuário de Nossa Senhora d'Aires guardam o testemunho cruel dos temores então vividos, durante esses longos 13 anos, pelos nossos soldados e seus familiares. Muitos dos que voltaram, se bem que não feridos por fora, estavam-no por dentro, profundamente alterados na sua personalidade; outros, menos afortunados, pura e simplesmente não voltaram.

As inspecções, rito de passagem entre a adolescência e o estado adulto, realizaram-se durante muitos anos no Castelo, na Igreja da Misericórdia. De Évora vinha uma Junta Médica militar para inspeccionar os mancebos que, em pelota, se alinhavam em nervosa fila. “Ficar livre” era alívio, mas ao mesmo tempo um certo estigma social. De alguma forma “ser apurado” significava a confirmação da virilidade do jovem, o estar apto para a guerra e, também, para a vida. Depois, durante dois ou três dias, era a festa, feita de excessos que as autoridades locais eram obviamente obrigadas a tolerar. Enfeitava-se a rapaziada de fitas coloridas, as vermelhas significavam o apuramento, as

brancas o terem ficado livres, as verdes o adiamento do veredicto para o ano seguinte. Corriam então, em grupo, as muitas tabernas da vila, sempre acompanhados por um acordeonista contratado para o efeito. Rematava as festividades o "Baile das Sortes", como popularmente era chamado, reminiscências do sorteio que, no século XIX, ditava quem ia ou não cumprir o serviço militar. O baile tinha normalmente lugar na velha sede do Sporting, o "Centro", ou na Sociedade Vianense. Passado uns meses, os editais afixados na praça indicavam o local onde o mancebo iria assentar praça. Recebida a guia de marcha, a recruta. Por fim, a ordem para "formar batalhão": a Guiné era o destino mais temido, onde a guerra era mais mortífera.

Ainda que esta listagem possa não estar completa, contam-se entre os naturais de Viana do Alentejo, mortos em combate nas províncias ultramarinas: João Francisco Manilhas, caído em Angola, em 1962; António Joaquim Carvalho, morto na Guiné em 20 de Março de 1966; Hermínio (Beirão) da Silva Baptista, caído em Cabinda, Angola, em 1961; e Francisco José Rosa Carvalho, (Cortavento), 1º cabo pára-quedista, morto na zona de Moeda, em Moçambique, em 19 de Maio de 1973.

A atribuição do nome "Praceta Combatentes do Ultramar" a um dos espaços públicos da nossa Vila tem vindo a ser sugerida por vários munícipes, antigos combatentes e não só, que assim pretendem ver inscrita em memória futura o sacrifício, quase sempre forçado, dos jovens de Viana do Alentejo, num conflito que, de todo, lhes era estranho.

Bibliografia:

BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (direcção), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/estaticas/,
, acedido em 03.03.2012, às 16:10 horas

1.4. RUA IRMÃ MARIA DAS NEVES

Durante largas décadas o Hospital da Misericórdia de Viana do Alentejo contou com a colaboração desinteressada e eficaz da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, fundada em 29 de Setembro de 1843 e da qual se evidenciou a figura da Madre Maria Clara, recentemente beatificada.

Desconhecemos a data precisa da instalação desta congregação em Viana. De entre todas as monjas que pela nossa vila passaram e que ajudaram a tratar e minimizar o sofrimento de grande parte da população, numa época em que a saúde não era um direito de acesso a todos garantido, distinguiu-se a irmã Maria das Neves. Durante cerca de trinta anos foi a competente parteira de muitas centenas de vianenses e não só, pois vinham mulheres de outros lugares dar à luz em Viana, sabendo que nas mãos da irmã Maria das Neves iriam ter seguramente um “boa hora”. A irmã Maria das Neves faleceu há alguns anos em Leiria, na casa sede da sua congregação.

Bibliografia:

<http://ccmi2010.blogs.sapo.pt/>, acedido em 29.02.2012 às 22:30 horas

VIANA – Zona 2

2.1. RUA TÚLIO ESPANCA

Auto-didacta e erudito, Túlio Espanca nasceu em Vila Viçosa a 8 de Maio de 1913, tendo falecido em Évora em 1993. Era primo da poetisa Florbela Espanca. Barbeiro de profissão e possuindo apenas a antiga 4ª classe, viu reconhecida a sua obra, no domínio da história da arte, tanto a nível nacional como internacional.

A cultura histórico-artística de Túlio Espanca não se baseou apenas em monografias e outros estudos sobre Évora e o Alentejo. A sua vocação historiográfica levou-o a embrenhar-se nas fontes da historiografia. Em 1953 foi contemplado com uma bolsa do Instituto de Arte e Cultura, que lhe permitiu estagiar em França e na Itália. Nomeado membro da Academia Nacional de Belas Artes, em 1959 e sócio correspondente na Academia Portuguesa de História, em 1976, foi investido *Doutor Honoris Causa*, pela Universidade de Évora e distinguido pela Câmara Municipal de Évora com a medalha de ouro da cidade. Mais tarde, em 1982, foi agraciado pelo Presidente da República, com a comenda de Santiago de Espada.

Túlio Espanca publicou diversos artigos na revista *A Cidade de Évora* relativos a Viana do Alentejo e ao seu património histórico e artístico, parte deles posteriormente inseridos na sua obra magna, o *Inventário Artístico de Portugal – Distritos de Évora e Beja*. A nossa vila e concelho devem-lhe a inventariação de grande parte do seu património, sobretudo o artístico; mas também a fixação de um “corpus” historiográfico, baseado sobretudo em fontes bibliográficas e documentais, cuja validade, ainda hoje e em grande parte, se mantém.

Bibliografia:

http://www.triplov.com/letras/luis_reis/biblioteca_evora/introducao.htm, consultado em 4 de Abril de 2012, às 13:10 horas

2.2. TRAVESSA DO PROGRESSO

Corre pelo sul da rua com o mesmo nome (a antiga azinhaga da fonte dos Escudeiros), servindo os quintais das suas casas. O topónimo desde há muito que se encontra informalmente dado pelos moradores, razão pela qual se considera pertinente a sua fixação.

2.3. RUA DA REFORMA AGRÁRIA

Todos os partidos apresentaram, logo após o 25 de Abril de 1974, programas de Reforma Agrária. O PS e o PCP propuseram a nacionalização ou expropriação dos grandes latifúndios, para entrega a cooperativas de trabalhadores e agricultores ou para parcelamento em exploração familiar. O PPD conferia *primazia ao direito à exploração sobre o direito de propriedade* e propunha o arrendamento compulsivo ou a expropriação da terra subaproveitada. O CDS projectava acções de parcelamento e de emparcelamento *de forma a obter unidades produtivas bem dimensionadas* e a democratização do capital fundiário nas regiões de grande propriedade. O PPM defendia *uma verdadeira política antilatifundiária*.

A primeira ocupação de terras terá sido a da Herdade do Pombal, no concelho de Évora, a 5 de Fevereiro de 1975. Pouco depois, a 12 de Fevereiro, foi ocupada a Herdade de Botaréus, em S. Manços. Outras ocorreram pela mesma altura, como a da Herdade da Mata, em Alcáçovas. Alastrando por toda a região alentejana e parte da ribatejana, assistiu-se então à criação de UCP's – Unidades Colectivas de Produção –, grandes empregadoras locais, com centenas de trabalhadores. No distrito de Évora, seguindo a orientação divulgada pelos *secretariados das UCP's*, o objectivo delas, em termos de emprego, seria o de empregar um trabalhador *permanente* por cada 25 a 30 ha de sequeiro, independentemente da qualidade da terra. De uma forma geral e com poucas excepções, todo o processo foi liderado pelo PCP.

Viana do Alentejo conheceu três UCP's, a dos Baiões, em terras pertencentes à família Cabral, a das Galerias, em terras da família Capas e da herdeira de Jesuíno Simões e a da Quinta do Duque.

Bibliografia:

MURTEIRA, António (coordenação), *Uma Revolução na Revolução, A Reforma Agrária no Sul de Portugal*, edição da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2004.

SOUSA, João Manuel Santana – *A reforma agrária em São Manços : a UCP Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços*, Évora, Edição da Cooperativa Agrícola de Produção Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços, 2011.

2.4. TRAVESSA LÍDIA FALÉ

Também este topónimo foi, desde há muito, informalmente atribuído a esta via pelos habitantes da zona.

Criado formalmente pelo foral de D. Dinis de 1313, o concelho de Viana do Alentejo, à semelhança de todos os outros concelhos portugueses, foi administrado durante séculos exclusivamente por homens, uma vez que à mulher estava vedado o exercício dos cargos municipais. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e com a entrada em vigor da Constituição de 1976, lograram as mulheres adquirir todos os direitos cívicos e políticos até aí reservados a (alguns) homens, incluindo, claro está, a possibilidade de elegerem e serem eleitas para as autarquias. As primeiras eleições autárquicas tiveram lugar no dia 12 de Dezembro de 1976. Concorreram a elas, no nosso concelho, a FEPU (Frente Eleitoral Povo Unido), coligação que integrava o PCP, o MDP/CDE e a FSP (Frente Socialista Popular); o Partido Socialista; e os GDUPS, Grupos Dinamizadores da

Unidade Popular, ligados à UDP. As listas das três forças concorrentes eram integradas, pela primeira vez, por algumas mulheres. As eleições foram ganhas pela FEPU que fez eleger, para a Assembleia de Freguesia, Lídia de Lurdes Amante Falé, que depois integrou o elenco executivo da Junta de Freguesia, na função de Tesoureira. Terá sido, tudo o indica, a primeira mulher a exercer um cargo autárquico em toda a longa história do Concelho de Viana do Alentejo.

Ao titular-se com o seu nome esta pequena artéria, próxima da casa onde residia, na Serra, pretende-se prestar uma singela homenagem a todas as mulheres que, antes do 25 de Abril, lutaram pelo reconhecimento da igualdade da condição feminina.

Bibliografia:

Actas da Assembleia e Junta de Freguesia, anos 1976 e 1977.

<http://www.marktest.com/wap/a/p/el~121276/id~d0.aspx>, acedido em 09.05.2012, às 18:30 horas

VIANA – Zona 3

3.1. RUA DO COMBATE DA PATULEIA

Em 1820 deu-se em Portugal a chamada “Revolução Liberal”, que pretendeu substituir o antigo regime, monárquico e absolutista, por uma monarquia de cariz parlamentar, onde o rei teria um poder bastante mais moderado. Os acontecimentos subsequentes acabaram por colocar o país em estado de guerra civil, mais ou menos continuada, que só viria a terminar em 1834, com a assinatura da Convenção de Evoramonte. Portugal iniciou então um período de alguma estabilidade e de grande transformação, onde se destacou a acção de Fontes Pereira de Melo na construção de estradas, pontes, caminho-de-ferro (chegou a Viana em 1864), telégrafo, hospitais, escolas e muitos outros equipamentos de natureza social. País profundamente católico e conservador, muitas dessas mudanças, ainda que necessárias, não foram bem recebidas pelas populações, geralmente dominadas por caciques locais e por um clero ultramontano. Exemplos disso foram os casos da proibição de enterros nas igrejas, medida de grande alcance sanitário mas que foi objecto de grande resistência popular – em Viana o cemitério de Santo André começou a funcionar em 1871, sem que tenha havido problemas; ou as leis tendentes a controlar e registar as propriedades rústicas e a produção agrícola para efeitos fiscais, vistas como tentativas de roubo por parte de Lisboa.

Em 1846 deflagrou, no norte, a chamada Revolta da Maria da Fonte, conduzida por um jovem clérigo, o padre Casimiro, contestando as já apontadas medidas do governo dos irmãos Costa Cabral. Ainda nesse ano teve lugar uma outra sublevação, a Patuleia, com características muito semelhantes à da Maria da Fonte, que rapidamente se transformou num conflito civil armado, que acabou por opor as tropas governamentais da rainha D. Maria II, os chamados "cartistas", aos revoltosos, também conhecidos por "setembristas". Um dos combates da Patuleia teve lugar perto de Viana do Alentejo, em Outubro de 1846, na zona do Ferragial d'El Rey. As forças do governo eram

comandadas pelo general Schwalbach, as insurrectas pelo general Celestino. Escaramuça especialmente violenta, com muitas baixas de um e outro lado, terminou com a derrota dos rebeldes, muitos deles estudantes de Coimbra, o famoso "Batalhão Académico". A "Guerra da Patuleia" teve o seu desfecho uns meses mais tarde, em Junho de 1847, com a assinatura, perto de Valbom, Gondomar, da Convenção do Gramido.

Bibliografia:

BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (direcção), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *História da Guerra Civil da Patuleia 1846-1847*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

BRANDÃO, Zephyrino Norberto Gonçalves, *Glorias Militares Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

3.2. RUA DA BARCA

Recorda o nome pelo qual foi conhecido, durante séculos, esta zona que limita pelo Norte a Vila de Viana do Alentejo. Este topónimo poderá estar relacionado com o facto desta ter sido uma área frequentemente alagada com as águas pluviais, que vinham da serra, pelo que em anos chuvosos toda ela se transformava num aguaçal por onde era difícil, se não mesmo impossível, transitar. A sua cota era mais baixa do que é hoje, o que ajudaria a criar um lençol de águas paradas. Este só seria transponível, muito provavelmente, pelo recurso a uma barca, explicando-se assim – ainda que um pouco puerilmente –, o topónimo.

Pelo Rocio da Fonte Coberta, actual Largo 25 de Abril, se entrava em Viana, vindo de Évora. Se se queria seguir para Portel, o caminho era pela vila, seguindo pela Rua das

Pedras, a actual Rua Dr. António José de Almeida, até à ermida de S. João. Depois, pela Rua dos Infantes, a moderna Rua Brito Camacho, Praça da Palha e Carreira de Portel, a actual Rua 5 de Outubro.

A pouco e pouco toda a zona da Barca foi sendo seca, aterrada e as suas águas drenadas. Nos finais do século XIX já o problema devia de estar resolvido, pois a Câmara resolveu aí instalar o seu segundo lavadouro público (o primeiro tinha sido o do Rocio da Fonte Coberta, construído por volta de 1820), aquele que ficaria conhecido por “Tanque da Barca”.

3.3. RUA D. JOANA DA GAMA

Joana da Gama nasceu em Viana do Alentejo em data não determinada da primeira metade do século XVI (por volta de 1520), sendo uma parente afastada do navegador Vasco da Gama. Com o casamento mudou-se para Évora. Mas pouco tempo esteve casada, apenas um ano e meio. Viúva, fundou naquela cidade alentejana o Recolhimento do Salvador do Mundo, para senhoras na sua situação; sabe-se, contudo, que nunca terá professado.

Já na segunda metade do século XVI, possivelmente em 1555, foram publicados os seus *Ditos da Freira – Ditos Diversos Feitos por uma Freira da Terceira Regra. Nos Quais se Contêm Sentenças Mui Notáveis e Avisos Necessários*, a que se segue, na segunda metade do livro um conjunto de *Trovas, Vilancetes, Sonetos, Cantigas e Romances*, que constituem a sua obra poética propriamente dita. Trata-se de um conjunto de “sentenças” ou “ditos”, ordenados alfabeticamente segundo uma série de palavras-chave, das quais a primeira é a “adversidade” e a última as “zombarias”. Pelo meio, aparece a “paixão”, com Joana da Gama a tecer uma série de considerações acerca dos efeitos deste sentimento sobre o discernimento e o raciocínio: “*a paixão obscurece o entendimento*”, “*muita paixão corrompe o juízo*” ou, ainda, “*a grande*

paixão tiraniza a vontade e rouba o senhorio da razão". Saiu uma segunda edição ainda no século XVI, expurgada porém dos textos em verso.

Embora tivesse publicado sob a cobertura do anonimato foi, tanto quanto se sabe, a primeira mulher a produzir um trabalho literário original em língua portuguesa, sendo também a primeira mulher portuguesa a ter visto a sua obra impressa em caracteres de imprensa. Relembremos que a impressão tipográfica, utilizando caracteres móveis, tinha sido inventada pelo alemão Johann Gutenberg por volta de 1440. Num tempo em que os livros eram copiados manualmente, tarefa morosa a que se dedicavam sobretudo os chamados "frades copistas", nos mosteiros, a invenção da tipografia veio proporcionar a fácil produção de qualquer quantidade de exemplares, de qualquer obra, possibilitando a sua ampla divulgação. Ainda no século XV, em 1495, Leiria e Faro foram as primeiras cidades do País onde se instalaram oficinas tipográficas. O *Pentateuco*, impresso pelo judeu Samuel Gacon em Faro, foi o primeiro incunábulo impresso em território português. Segundo nos informa Tito de Noronha, num pequeno texto introdutório à reedição de 1872 dos "*Ditos da Freira*" (feita pela Livraria Internacional de Ernesto Chardron, o mesmo editor de Eça de Queiroz), a primeira impressão da obra de Joana da Gama terá sido feita na tipografia eborense de André de Burgos, no já referido ano de 1555.

O investigador galego Roberto López-Iglésias Samartim, no seu trabalho *A dona do tempo antigo. Mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1577)*, escreveu a propósito de Joana da Gama e de mais duas escritoras da época (Leonor de Noronha e Luísa Sigea):

"Dirigem consciente e preferentemente os seus produtos literários para as mulheres que compartilham o seu mesmo espaço feminino com o objectivo de ensinarem e de doutrinarem as pessoas do mesmo género nas regras morais e de comportamento virtuoso desenhadas para elas pelos humanistas do Renascimento".

Joana da Gama faleceu em 21 de Setembro de 1586, tendo sido enterrada na Igreja da Misericórdia de Évora. Durante longos anos ignorada pelos historiadores da filosofia e

da literatura, tem mais motivos de interesse do que essas desatenções parecem revelar. Nos últimos anos, porém, a sua obra tem vindo a ser redescoberta por um número crescente de autores e investigadores universitários, como são os casos da Dr^a Maria Teresa Gonçalves dos Santos (Universidade de Évora) ou de Anne-Marie Quint, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Esta última é autora de uma recente edição crítica dos "*Ditos da Freira*" (2010), volume inicial de uma colecção promovida por aquela Faculdade, subordinada ao tema "Cultura no Feminino". O objectivo desta colecção, segundo os seus promotores, "*consiste em disponibilizar, não só aos estudantes dos vários graus do ensino universitário mas, também, ao público interessado na história da construção dos papéis de género na Cultura Ocidental, obras que permitam entender melhor o modo como a categoria de "género" se reflectiu, na longa duração, no acesso de homens e mulheres à Cultura escrita*".

Bibliografia

AZEVEDO, Diogo Manuel, Ayres, Padre. Manuel Tavares, *Portugal Illustrado pelo Sexo Feminino*, Lisboa, 1735.

GAMA, Joana, *Ditos da Freira*, [edição crítica de Anne-Marie Quint], Lisboa, Centro de Estudos Clássicos-FLUL, Colecção "Cultura no Feminino", 2010.

Idem, *Ditos da Freira (D. Joanna da Gama), conforme a edição quinhentista - Revistos por Tito de Noronha*, Lisboa, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1872.

Lucas, Ana Glória,

SANMARTIM, Roberto López-Iglésias, *A dona do tempo antigo. Mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1577)*,

SAMPAIO, Albino Forjaz de, "Século dezasseis. As mulheres da Renascença". In *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. II. Paris/Lisboa: Aillaud/Bertrand, 1930, p. 1-8.

3.4. RUA FERNÃO CARDIM

Fernão Cardim nasceu em Viana do Alentejo, em 1540. Era filho de Gaspar Clemente e de Inês Cardim, abastadas famílias locais. Dos seus irmãos o mais velho, o Doutor Jorge Cardim Fróis, ocupou cargos importantes na administração da Justiça, chegando mesmo a Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, na corte de Lisboa. Este seu irmão terá sido o pai desse outro missionário da Companhia de Jesus, o Padre António Francisco Cardim (1596-1659), cuja vida ficou ligada ao extremo-orient e que foi autor de alguns opúsculos onde narra episódios – trágicos – da vida religiosa naquelas paragens. Ainda muito jovem dirigiu Fernão os seus passos para Évora, onde ingressou na então muito recente e jesuítica Universidade (foi criada em 1559). Aqui frequentou o incontornável curso de Teologia sendo que, em 1566, já era membro da Companhia de Jesus.

Em 1583 embarcou para o Brasil, como secretário do visitador da Companhia, tendo percorrido as vastas regiões que hoje integram os estados da Baía, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e S. Paulo. Fascinado com as belezas naturais da terra de Vera Cruz, com a sua exuberante flora e com a sua estranha fauna, foi tomando notas do que via e ouvia durante as suas deambulações, exagerando com frequência nas suas descrições. A fácil adaptação dos animais e plantas trazidos na metrópole fê-lo enaltecer a grandiosidade da natureza: *“este Brasil já é outro Portugal, e não falando no clima que é muito mais temperado e saio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças...”*². Este facto constatado por Cardim – a facilidade com que algumas espécies, não autóctones, se integram em eco-sistemas que lhes são estranhos –, despertará a curiosidade de Charles Darwin, cerca de duzentos e cinquenta anos mais tarde, constituindo a sua explicação um dos tijolos do edifício da origem das espécies.

Mas voltemos a Cardim. O que nos encanta nesses seus escritos é a nota de constante bom humor de que estão impregnados, a vivacidade da narrativa, a graça das

² CARDIM, Fernão, *“Tratados da terra e gente do Brasil”*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Lisboa, Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p.157.

comparações: *“A preguiça que chamam do Brasil, é o animal para ver, parece-se com cães felpudos, os perdigueiros; são muito feias e o rosto parece de mulher mal tocada.”*³. Fernão Cardim não mediu esforços para descrever minuciosamente, por vezes quase nos limites da exaustão, os animais da terra, da água e do ar brasileiros. Termina frequentemente as descrições salientando as suas particularíssimas características: *“Estas figueiras [a Ambaigba ou Imbaúba] (...) são muito estimadas por sua grande virtude; as folhas são ásperas, e servem para alisar qualquer pau; a madeira não serve para nada”*⁴.

Muito embora se vislumbrem em Cardim alguns dos traços do homem renascentista, a sua visão da natureza era ainda muito arcaica, neo-aristotélica, imbuída de naturalismo teológico e fortemente formatada pela sua aprendizagem religiosa e escolástica. Uma natureza antropocêntrica, utilitária, na qual os animais e as plantas se apresentam aos homens como "coisas" úteis, colocadas à sua disposição pela divindade suprema. Fernão Cardim, um homem da renascença, sim, mas também um filho do concílio de Trento...

Ana Maria de Azevedo, na sua belíssima introdução à reedição portuguesa de *Tratados da terra...* escreveu:

É notório neste autor o Homem completo, que procura captar o maior número de conhecimentos, observando tudo o que o rodeia, um humanista que procura um saber em harmonia com o viver e ainda um saber em harmonia com um novo mundo. Mas sempre um saber global, total, que consiga transmitir o maior número de informações aos seus superiores. Nele encontramos o geógrafo, que estuda a terra, o seu clima e a sua habitabilidade; o etnógrafo, que descreve os povos indígenas, seus usos e costumes, com respeito e coerência; o zoólogo e o botânico, que observa com rigor a fauna e flora desconhecidas, descrevendo-as de uma forma quase visual; o cronista que traça os hábitos das populações, até mesmo os gastronômicos, e que menciona as missões dos jesuítas, os seus colégios e residências, o estado das capitâneas, os

³ CARDIM, opus cit, p.78.

⁴ CARDIM, opus cit. p.101.

*seus habitantes e suas produções, o progresso ou a decadência da Colônia e as suas causas, assim como os problemas que tinham de enfrentar diariamente, alertando mesmo o poder para as questões a resolver*⁵.

Em 1601, de regresso ao Brasil e depois de uma estadia de dois anos na Europa, viu o seu navio ser apresado, logo à saída da barra de Lisboa, pelo famoso corsário inglês Francis Cook. Feito prisioneiro foi levado para Londres, onde permaneceu entre Dezembro de 1601 e Março de 1603. Os seus manuscritos foram apreendidos na mesma altura e, apesar das redobradas diligências que fez junto da corte de Isabel I e do seu favorito e ministro Sir Robert Cecil, nunca mais obteve a sua devolução. Esses manuscritos, que considerava a sua maior fortuna, seriam abusivamente publicados em Londres no ano da sua morte, em 1625, incluídos na obra *Purchas, his Pilgrimes*, de Samuel Purchas.

O escritor e historiador brasileiro Capistrano de Abreu, numa introdução á edição de 1881 do *Tratado da terra e gentes...*, escreveu⁶:

O pequeno tratado sobre os índios que agora publicamos, ainda não foi impresso em português. Poucas pessoas examinaram-no em Évora, onde está o manuscrito original, e estas o não julgaram, ao que parece, digno de ser posto em circulação. Os ingleses não pensaram do mesmo modo: desde 1625 está ele traduzido em sua língua e faz parte da curiosa e raríssima coleção de Purchas. Foi aí que o lemos pela primeira vez e reconhecemos o seu interesse e seu valor.

A obra de Fernão Cardim tem merecido uma grande atenção no Brasil, com sucessivas reedições dos seus livros, sobre os quais tem vindo a ser produzida uma copiosa investigação universitária. Em Portugal também a sua vida e obra começa a ser alvo de atenção, tendo a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses feito editar, em 1997, o seu *Tratado das Terras e Gentes do Brasil*, entretanto esgotado. Numa breve visita, feita através da Internet, às grandes

⁵ CARDIM, opus cit. p.51-52.

⁶ NOERNBERG, Cláudia de Geus, p.34.

bibliotecas mundiais, verifica-se a presença da totalidade dos seus trabalhos em todas elas, normalmente nas suas versões brasileiras.

Fernão Cardim integrou, juntamente com os Padres António Vieira, Manuel da Nóbrega e José Anchieta, um grupo muito restrito de missionários e homens de letras portugueses responsáveis, ao longo do século XVII, pela construção daquilo que se pode considerar o “esqueleto do corpus cultural” brasileiro. Privou principalmente com José Anchieta, com quem contactou amiúde nas suas viagens pelo território brasileiro e cujos textos se chegaram a confundir com os de Cardim. Foi ainda confessor e professor do jovem António Vieira, em grande parte responsável pela sua formação humanista, que se revelou na luta intransigente que este fez da defesa dos Ameríndios da escravidão.

Em S. Paulo, numa das suas zonas mais selectas, existe uma alameda com o nome de Fernão Cardim. Nessa cidade a “Praça de Viana do Alentejo” evoca também a memória da sua terra natal. O seu nome está associado, um pouco por todo o Brasil, à toponímia das suas cidades, estando presente, entre muitas outras, no Rio de Janeiro, em Salvador da Baía e no Recife. Entre nós, no Porto, tem rua no Bairro Marechal Gomes da Costa, no Lordelo.

Bibliografia:

AZEVEDO, Ana Maria. *O Padre Fernão Cardim (1548-1625)*. Contribuição para o Estudo de sua Vida e Obra. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 1996.

CARDIM, Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução e notas de Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

LUCIANA, Fernanda Trindade, Fernão Cardim (1540-1625), in *Boletim Brasiliana*, Universidade de S. Paulo, nº 1, 2011, visto em <http://www.brasiliana.usp.br/node/686>, , acedido em 06.02.2012, às 23:15 horas.

NOERNBERG, Cláudia de Geus, “Fernão Cardim e seu entendimento sobre o gentio”, in *literaturadauepg.blogspot.com/.../fernao-cardim-e-seu-entendimento-...*, acessado em 06.02.2012, às 22:50 horas.

3.5. RUA PROFESSOR RICARDO ROSA Y ALBERTY

Inspector escolar, conferencista e publicista, nasceu em Viana do Alentejo a 27 de Dezembro de 1882. Em 1910 obteve o diploma de professor do ensino primário elementar na Escola Normal Primária de Lisboa, com alta classificação. No Barreiro, onde se radicou como professor primário, foi um dos implantadores da República. Após a revolução de 5 de Outubro de 1910 foi, ainda nesse ano, nomeado administrador do concelho do Barreiro e, de 1911 a 1914, exerceu o professorado em Oeiras e de 1914 a 1919 em Lisboa, sendo neste último ano nomeado inspector no círculo escolar do Funchal e ali colocado até 1921. Transferido para o Continente nesse ano, foi em 1926 promovido a inspector-chefe e vogal do Conselho Central de Inspeção e encarregado do desempenho de várias missões, entre as quais a de presidente do júri de Exames de Estado do Magistério Primário, em 1931. Em Barcelona frequentou os cursos de Maria Montessori, dedicando-se à pedagogia e à psicologia infantil, duas áreas de estudo que muito o interessaram desde então.

O seu exacerbado republicanismo valeu-lhe a perseguição política e a reforma compulsiva durante o Estado Novo (1936). Publicou *Trabalhos Manuais e Educativos e Cursos Nocturnos* (teses apresentadas ao III Congresso Pedagógico, Lisboa, 1912); *A Situação Económica e Moral do Professor* (tese apresentada ao Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal, no Porto, 1914); *O Ensino da Língua Materna* (tese apresentada ao IV Congresso Pedagógico, Lisboa, 1914); *A Instrução Primária e o Problema Económico* (tese de concurso para professor da Casa Pia de Lisboa, 1914); *Glórias, Primores e Aspirações de Portugal* (conferência proferida em Barcelona, 1916), 1918; *O Método Montessori*, 1917; *Algumas Notas Biográfica sobre João Inácio Ferreira Lapa*, 1918; *Arte de Ser Feliz*, integrado na

colecção *Os Livros do Povo*, 1917; *O Método Montessori* (quatro conferências realizadas em Lisboa), 1920; *A Instrução Primária e a sua Função Nacional e Ensino Infantil* (conferências realizadas na Sociedade de Geografia de Lisboa), 1918; *A Escola Nova* (conferência realizada no Instituto de Ensino Secundário do Funchal e publicada em números sucessivos do *Diário da Madeira*), 1921; *Importância da T.S.F. no Ensino* (tese apresentada ao Congresso da T.S.F. em Lisboa), 1932; *Páginas da Infância* (colecção de livros de leitura para as quatro classes da Escola Primária, de colaboração com Chagas Franco e Joaquim Tomás; *Olivença Terra Portuguesa (Efemérides Históricas)*). Realizou também conferências, não publicadas, na Escola Normal de Lisboa, Grémio Barreirense, Centro Republicano de Belém, Sociedade de Estudos Pedagógicos, Centro Escolar Republicano do Dr. Bernardino Machado, Belém Clube, Casa do Alentejo, Clube dos Fenianos Portuenses, e tomou parte no Congresso Histórico de Portugal Medieval, em Braga, em 1959, apresentando a tese: *As Ordens Militares e a Fundação de Olivença*. Colaborou na *Gazeta das Escolas*, *O Século*, *Boletim Pedagógico*, *Revista Escolar*, *Boletim da Casa do Alentejo*, *Anuário da Casa Pia*, *Ecos de Belém*, *Boletim do Grupo dos Amigos de Olivença*, todos de Lisboa. *O Domingo*, do Montijo, *Radical*, de Setúbal, *Barlavento*, de Lagos, *A Amadora*, *Federação Escolar*, do Porto, *Cronómetro*, de Barcelona e *O Transtagano*, de Viana do Alentejo.

A questão de Olivença foi seguramente uma das suas grandes paixões, de que se tornou aceso paladino e verdadeiro propagandista, proferindo sobre ela conferências um pouco por todo o Portugal metropolitano e territórios ultramarinos, logrando mesmo a constituição de um forte núcleo pró-oliventino. A sua paixão por aquela antiga vila raiana portuguesa e a amizade com o Prof. Hernâni Cidade levou este último a aderir ao grupo e a nele assumir cargo de vulto. No Grupo dos Amigos de Olivença manteve-se nos órgãos sociais de 20 de Novembro de 1947 até à sua morte, ocupando os seguintes cargos: Crítico da Junta Directiva (1947 a 1948), Vogal do Conselho de Estudos e Fiscalização (1948 a 1949), Vice-Presidente do Conselho de Estudos (1950 a 1970) e Vogal da Junta Directiva (1971 à sua morte). Faleceu em Cascais, a 9 de Julho de 1977, aos 94 anos, estando sepultado no cemitério da Guia, naquela localidade. Por altura da sua morte estava a elaborar uma autobiografia, que actualmente se encontra na posse de uma das filhas.

Apesar de afastado da sua terra natal, nunca a esqueceu. Para além das já referidas e amiúdes colaborações nos jornais locais – *Transtagano e Jornal de Viana do Alentejo*, que então eram produzidos nas oficinas do jornal *Ecos de Belém*, em Lisboa, propriedade da família Vieira – muitos dos artigos que escreveu para outros periódicos tratavam da Viana do Alentejo, vila que sempre trouxe no coração e de cujas excelências foi um devotado divulgador. A sua última visita à nossa Vila terá ocorrido em Março de 1976, por altura de uma homenagem promovida pelo *Jornal de Viana do Alentejo* ao Dr. Júlio Pereira Garrido, de quem era amigo. Proferiu então uma conferência no Cine Teatro Vianense, na qual falou sobre as investigações a que então se dedicava sobre a história de Viana do Alentejo. No final dessa alocução, aplaudida durante largos minutos pela assistência que enchia a sala, falou a maestrina, escritora e poetisa Natércia Couto, que sugeriu que a duas ruas da Vila se dessem os nomes do Dr. Júlio Pereira Garrido e do professor inspector Ricardo Rosa y Alberty.

Recentemente na freguesia de S. Brás, no concelho da Amadora, foi proposta e aprovada pela comunidade educativa a atribuição nome de Ricardo Rosa y Alberty para patrono da Escola Básica do 1º Ciclo da Boba.

Bibliografia:

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. 40, Lisboa, Páginia Editora, 1998.

http://www.geocities.com/amigos_de_olivenca/alberty.htm

Jornal de Viana do Alentejo, nº 27, Abril de 1976.

Ricardo Rosa y Alberty. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-02-06]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$ricardo-rosa-y-alberty](http://www.infopedia.pt/$ricardo-rosa-y-alberty)>.

3.6. RUA DAS FLORES

Recorda o nome da horta que precedeu a actual urbanização, a Horta das Flores.

VIANA – Zona 4

4.1. RUA DO MAUFORO

Topónimo que evoca e fixa a memória da fazenda do Mauforo, propriedade rural que precedeu a urbanização daquele espaço. O topónimo parece estar ligado ao facto do rendimento da propriedade ser muito fraco, pelo que aforar a propriedade – que em tempos, com a vizinha Fonte Figueira, terá pertencido às Capelas de D. Afonso IV – se afigurava como um mau negócio para quem o fizesse: por isso, mau foro. O aforamento era uma forma antiga de arrendamento de longo prazo, normalmente feito por “três vidas”, ou seja, três gerações. Antes de ser urbanizada a fazenda do Mauforo estava plantada de olival, uma das poucas culturas que se adaptavam à natureza geológica daquele local.

4.2. RUA COMANDANTE FARIA E MELO

António Sousa Faria e Melo nasceu em Viana do Alentejo, a 4 de Maio de 1942. Era filho do médico veterinário e proprietário rural Luís de Sousa Faria e Melo e de Alice Campos Faria e Melo. Estudou em Lisboa, onde tirou o “brevet” no Aero Clube de Portugal, aos dezanove anos de idade. Pouco depois alistou-se na Força Aérea, onde fez o curso de piloto-aviador militar. De regresso à vida civil, foi piloto e comandante na DETA (depois LAM - Linhas Aéreas de Moçambique), onde tripulou aviões “Dakota”, “Fokker Friendship F-27” e “Boeing 737/200”. Em 1977 um problema de doença na coluna vertebral levou-o a procurar tratamento na vizinha África do Sul, onde foi submetido a uma delicada intervenção cirúrgica. Infelizmente não decorreu bem e o comandante Faria e Melo regressou a Maputo numa cadeira de rodas.

Apesar dessa grave incapacidade não perdeu interesse pela aviação e, de volta ao seu País, optou por deslocar-se aos Estados Unidos da América, onde fez um curso específico para pilotos paraplégicos, habilitação que lhe foi reconhecida pela então Direcção Geral de Aviação Civil portuguesa. Em Dezembro de 1992 foi à Terra Nova buscar um avião “Beechcraft Bonanza F-33ª”, tendo realizado a viagem de regresso sozinho, entre Saint Johns e Lisboa, com escala no Aeroporto de Ponta Delgada. O avião, matrícula N9777S (depois CS-AZI), foi baptizado com o nome da sua mãe, Alice, tendo sido adaptado para as condições físicas do piloto.

Membro do distinto clube dos “Earthrounders”, Faria e Mello é, até hoje, o único paraplégico que deu a volta ao planeta duas vezes. Na primeira vez, em 1995, fê-lo só, apenas com o “Alice”, cobrindo 52,5 mil quilómetros em 212,5 horas de voo, na direcção Este-Oeste. Na segunda vez, em 2003, foi acompanhado pelo amigo Delfim Costa. Faria e Mello seguiu no “Alice”, com Costa num “Cessna Centurion” de nome “Saldanha”, de novo no sentido Este.

Entre as muitas outras distinções que recebeu ao longo da sua carreira, o comandante António Faria de Melo foi distinguido, em 2003, com o "Prémio Take-Off" na categoria de Prestígio. Era também sócio honorário da prestigiada Sociedade de Geografia e do Aero Clube de Portugal. Em 1996 foi agraciado, pelo então presidente da República Dr. Mário Soares, com a “Ordem do Infante D. Henrique”.

O comandante António Sousa visitava a sua terra natal com bastante frequência, pois aqui tinha numerosos amigos. Faleceu em Lisboa a 6 de Outubro de 2006. No ano seguinte a sua família ofereceu o “Alice” ao Museu do Ar, de Alverca, onde hoje se encontra em exposição.

Bibliografia:

MELLO, António de Sousa Faria e, REIS, Pedro (Coordenador), *Por Esses Espaços Além... Nas Asas da Teimosia: Comandante António de Sousa Faria e Mello e as Suas Voltas ao Mundo*, Lisboa, ACD Editores, 2008.

<http://forum.apeapt.com/viewtopic.php?f=14&t=1237>, acedido em 08.05.2012, às 11:45 horas.

http://upmagazine-tap.com/pt_updailys/historias-da-aviacao-o-comandante-audacioso/, acedido em 08.05.2012, às 11:55 horas.

4.3. AZINHAGA DO CHAPARREIRO

Topónimo que evoca a vizinha presença de uma propriedade com o mesmo nome. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, *chaparreiro* é um sobreiro novo ou ainda uma pequena árvore tortuosa, cujo tronco é próprio para lenha. Mas *chaparreiro* também está presente na onomástica portuguesa, como apelido, pelo que fica por apurar se o nome daquela propriedade se deve à presença dos tais pequenos sobreiros, se ao facto de ter pertencido, em tempos passados, a alguém com esse nome.

4.4. RUA PINTOR JÚLIO RESENDE

Nasceu no Porto, em 23 de Outubro de 1917. Em 1939 concluiu o curso de pintura na Escola Superior de Belas Artes daquela cidade, onde foi aluno do pintor Dordio Gomes. Mais tarde visitou Madrid e Paris, onde contactou com a pintura dos grandes mestres, Goya e Picasso, que irão influenciar decisivamente a sua obra. De regresso a Portugal encetou uma experiência voluntária de professor de desenho no Alentejo, entre 1949 e 1951, na Escola Médico Sousa de Viana do Alentejo – então uma secção da Escola Comercial e Industrial de Évora –, experiência essa que acabou por se reflectir na sua obra como a “fase alentejana”, na qual desenvolveu uma estrutura pictórica de cariz cubista, onde os quotidianos foram retratados de forma geométrica e, por vezes, quase abstracta. Durante essa estadia em Viana deslocava-se com alguma frequência a

Évora, algumas vezes de bicicleta, *pela estrada esburacada*, como ele próprio relata num depoimento prestado à revista *A Cidade de Évora*, para participar numa tertúlia de amigos de que faziam parte, entre outros, o pintor António Charrua e o escritor Vergílio Ferreira.

Em 1993 a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo organizou uma exposição, nas suas instalações, onde foram exibidos alguns desenhos da “fase alentejana” da obra de Júlio Resende, em grande parte produzidos durante a sua estadia na nossa terra. Nessa ocasião o mestre deslocou-se a Viana, onde assistiu à inauguração da exposição e lhe foi prestada uma pequena homenagem por aquela autarquia. No pequeno catálogo então publicado, escreveu:

“Em 1948 regressara de Paris, atónito com a experiência vivencial por que passara, mas também não menos consciente daquilo que se me impunha como reflexão, tanto estética como plástica. É que, embora reconhecendo as virtudes da pintura não-figurativa que, então, atingia o seu apogeu em Paris, ciosa de liderança, subsistia no meu íntimo a irrecusável atracção por uma realidade induzindo um "humanismo" cuja configuração formal haveria de investigar.

Viana do Alentejo, sumida nas lonjuras do mundo, terá proporcionado a vivência dessa prolongada investigação.

Diante de mim a entensão levemente ondulada e o homem de face e vestes marcadas pela virilidade, circunstância essa que os não impede de elevar um canto numa atitude solidária. Escutar ali um pastor, em noite estrelada, foi a revelação poética do Cosmos...

Estranha harmonia essa em que o homem, os animais, o meio e o clima, tanto se sintonizam. E foi uma vasta janela em sala térrea no improvisado atelier, que por ela me entrara o mundo, como uma provocação ininterrupta. Daí, talvez um milhar de desenhos que foram surgindo como documentos de investigação na busca de um sinal próprio.”

Nome de primeiro plano no panorama das artes plásticas portuguesas do século XX, Júlio Resende faleceu em Valbom, Gondomar, aos 93 anos de idade, no dia 21 de Setembro de 2011. Nunca é demais realçar o cariz fortemente social e humano da sua

pintura: "*tudo o que sei aprendi com o meu semelhante, desde o mais humilde ao mais sábio*" afirmou o artista, para quem a arte era "*um sinal de vida (...) e um caminho para um mundo mais fraterno*".

Bibliografia:

FERREIRA, Serafim, A presença de Évora na obra de Vergílio Ferreira, in *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II Série, nº 3, edição da Câmara Municipal de Évora, 1998-1999.

<http://expresso.sapo.pt/morreu-o-pintor-julio-resende-1917-2011-fotogaleria=f675367>, acedido em 09.05.2012, às 11:55 horas

O Alentejo na obra de Resende 1948-1951 – Opúsculo publicado pela Casa do Desenho, Porto, 1993.

4.5. TRAVESSA PRESIDENTE JOSÉ FRAGOSO

Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo a partir de 1945, José António da Rosa Fragoso esteve à frente dos destinos da autarquia durante treze anos, até à data da sua morte, em 1958. Originário de uma família de lavradores e homens da Igreja, foi durante a sua presidência que Viana viu resolvidos alguns dos problemas que, durante séculos, a atormentaram. O primeiro e talvez o mais premente, a drenagem das águas pluviais, sobretudo as provenientes da serra. Nos Invernos mais rigorosos estas águas faziam grandes prejuízos no centro da Vila, como naquele ano, ainda hoje recordado pelos mais velhos, em que a violência da sua força destruiu completamente a igreja de S. Francisco, arrastando tudo à sua frente, com “os santos a passarem à praça...”. José Fragoso mandou então construir uma grande conduta de drenagem que, captando as águas na serra, um pouco acima do muro da "creche", as encaminha, pela antiga Rua de S. Francisco (Teófilo Braga) e antigo quintalão do "Fala Barato", até à zona da Barca.

Outra das infra-estruturas resolvidas durante a sua presidência foi a do abastecimento de água ao domicílio, pondo termo à secular dependência das fontes e dos poços, públicos ou privados, que nem sempre garantiam a qualidade e quantidade necessárias para os consumos da população. A instalação de energia e luz eléctrica, aspiração de mais de meio século dos vianenses, também teve lugar durante o seu mandato – recordemos que Lisboa já beneficiava deste melhoramento desde finais do século XIX, Portalegre desde 1901 e Évora uns anos depois. A cerimónia de inauguração da luz eléctrica decorreu no Largo de S. Luís, no dia 28 de Outubro de 1956. José Fragoso lançou também as obras das estradas novas para Portel e para Évora; para além de melhorarem os acessos viários de e para a Vila, a construção destas estradas serviu sobretudo para acudir às endémicas crises de falta de trabalho com que a região sazonalmente se debatia e que eram, segundo declarações prestadas por José Fragoso ao jornal local *“O Transtagano”*, em 1948, uma das suas maiores preocupações. Ainda hoje (2012) vive gente, em Viana, que trabalhou nessas obras.

De alguma forma pode afirmar-se que, com o Presidente José Fragoso, Viana do Alentejo saiu do século XIX, entrando verdadeiramente – e um pouco tardiamente –, na modernidade do século XX.

4.6. PRACETA JORNAL "O TRANSTAGANO"

Não temos notícia de ter existido, antes de *“O Transtagano”*, qualquer outra publicação periódica no concelho. O seu primeiro número viu a luz do dia no dia 1 de Maio de 1929. Era seu director e editor Joaquim Lopes, administrador Alberto Carvalho (pai do homónimo, recentemente falecido) e redactor principal Francisco Direitinho. A redacção estava sedeada na Rua Dr. António José de Almeida, no chamado *“Paraíso”*, grande quintalão pertencente à família Direitinho onde, pela mesma altura, também esteve instalado o *“Transtagano Futebol Clube”*.

Embora o seu início de publicação tenha ocorrido depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, que abriu caminho à instalação em Portugal da ditadura do Estado Novo, pode considerar-se o projecto de "*O Transtagano*" como uma produção, ainda que tardia, da Primeira República, uma vez que todos os seus elementos fundadores eram militantes republicanos de longa data, com especial relevância para a Francisco Direitinho, filho de José António Direitinho, "histórico" local do velho Partido Republicano.

De forte pendor regionalista, "*O Transtagano*" pugnou sempre pela defesa intransigente dos interesses do concelho de Viana do Alentejo e das três comunidades que o constituem, muito embora tenha variado, ao longo dos anos, o seu posicionamento político. Inicialmente republicano, nos inícios da década de 40 inflectiu no sentido do apoio ao Estado Novo, o que motivou a demissão do seu editor de então, o músico e carpinteiro Acácio Viana Serpa, que se afastou por não concordar com o desvio à direita seguido pelo jornal. Foi substituído pelo comerciante António Rosado Pereira.

Inicialmente "*O Transtagano*" era composto e impresso em Évora, na Gráfica Eborense. Mais tarde passou a sê-lo em Lisboa, na Tipografia Vieira, em Belém, onde também era produzido o jornal "*Ecos de Belém*". Na sua primeira fase, que durou até meados da década de 50 do século passado, "*O Transtagano*" publicou-se em duas séries, com uma periodicidade muito variável, oscilando entre o hebdomadário (dois números por mês) e o simples número anual. É curioso constatar que foi durante a 2ª Guerra Mundial que a sua publicação foi mais regular, apesar da generalizada falta de papel, conseguindo durante largos meses sair de quinze em quinze dias. Entre os seus muito colaboradores desses tempos destacamos Alberto Carvalho (pai) e o Professor Ricardo Rosa y Alberty (ambos pelos artigos de natureza histórica e patrimonial), Francisco Carracha, Godinho Branco, Custódio Baptista Vieira (proprietário da Tipografia Vieira), Mário Caldeira e Joaquim Silva Dias. Alguns deles, como era hábito na época, publicavam sob pseudónimo.

Não conhecemos os motivos da suspensão da publicação de "*O Transtagano*". Apenas sabemos que, durante cerca de dez anos, Viana do Alentejo não teve jornal, apesar de terem existido algumas tentativas para reactivar a sua publicação. Em Setembro de 1964 a família Vieira começou a editar, a partir de Lisboa, o "*Jornal de Viana do Alentejo*", muito provavelmente porque não estaria disponível o título "*Transtagano*". Este novo jornal durou até Dezembro de 1979, também ele com altos e baixos na sua periodicidade. Em 1980, apenas um mês após a publicação do último número do "*Jornal de Viana do Alentejo*", recomeçou uma nova série de "*O Transtagano*", a terceira, desta vez dirigido pelo Professor José dos Reis Lagarto. Este projecto acabou por se revelar bastante efémero, terminando um ano depois, com apenas oito números publicados. Uma quarta série viria ainda a público, em 1993. Durou cerca de dois anos e meio, tendo sido editados vinte e seis números, o último dos quais com data de Julho de 1995.

4.7. PRACETA "PHILARMONICA VIANNENSE"

A "Philarmonica Viannense" esteve sediada, durante longo tempo, na Sociedade Vianense, confundindo-se a sua fundação com a daquela velha colectividade. Lembremos que a Sociedade Vianense foi criada em 20 de Janeiro de 1838, sendo uma das mais velhas colectividades de cultura e recreio do nosso País. Temos notícias da existência da "Philarmonica Viannense" até aos primeiros anos da década de vinte do século passado, a última das quais quando abrilhantou a visita do Arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, a esta vila, em Maio de 1922. Alguns anos depois, estando já extinta a "Philarmonica", alguns dos músicos que nela tinham tocado fundaram o "Grupo Musical 1º de Dezembro", de que foi regente Francisco Carracha. Com a morte deste, em circunstâncias algo dramáticas durante uma Feira d'Aires, passou a regência para um dos seus músicos mais aplicados, o carpinteiro Acácio Viana Serpa.

Os estatutos do Grupo Musical 1º de Dezembro datam de 20 de Março de 1932, altura em que o Estado Novo coagiu as colectividades de cultura e recreio a “legalizarem-se” com regulamentos que, de alguma forma, as controlavam e inseriam no edifício corporativo criado por Salazar. Assinaram esse documento, por parte da Comissão Revisora do Grupo, Rodrigo Nobre Gusmão, Octávio Augusto Ruivaes, Miguel Carlos Dias, Jorge Augusto Cristo e Acácio Viana Serpa.

O momento de glória do Grupo Musical 1º de Dezembro ocorreu em 30 de Dezembro de 1951, aquando da inauguração da Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira. Este acontecimento juntou naquela vila muitas dezenas de bandas de todo o país, participando num desfile frente à tribuna onde se encontravam as entidades oficiais. Presidiu à cerimónia o então Presidente da República, general Craveiro Lopes. A deslocação da banda a Vila Franca tinha sido assegurada por uma camioneta de caixa aberta, emprestada pelo lavrador Jesuíno Simões e conduzida pelo António Dias Brito. Saíram de Viana noite cerrada, embrulhados em mantas e capotes, alguns deles já com alguns bagaços bebidos para afastar o frio. Valeu-lhes estar bom tempo e não ter chovido, ainda assim chegaram a Vila Franca a tiritar de frio. O mestre Acácio seguia lá atrás, com os restantes músicos; entre eles contavam-se os irmãos Francisco e António Lagarto, o António “Arrobas” Branco, o Reinaldo (contrabaixo), o Chico Tiago, o Orlando Cristo, o Joaquim “Chicó”Fonseca, o Joaquim “Bife” Fialho Branco, o Manuel “Arranhado” Gomes, o Dimas Sítima, o José Figueira “Santinho” e o Manuel Barreira, sapateiro. Quando chegou a sua vez de desfilar, fizeram-no executando a marcha militar “Major Rato”, a música que o mestre tinha escolhido para a ocasião. Deu-se o caso de essa marcha ser conhecida e do muito agrado do Presidente da República, pelo que este os mandou parar em frente da tribuna afim de executarem calmamente todo o trecho. Foi a única banda a ser distinguida com tal “honra”. Os músicos voltaram a Viana inchados de vaidade, o caso, de resto, não era para menos. Ainda hoje (2012) são vivos alguns músicos que, muito jovens na altura, participaram neste momento de glória da Banda de Viana do Alentejo. Esta história, corroborada por outras fontes, foi-nos contada pelo carpinteiro reformado e antigo executor de caixa e trompa, Joaquim Augusto Simão.

O projecto de uma banda em Viana foi retomado quase trinta anos depois, no início da década de oitenta, a partir da Casa do Povo. Nesta fase foram seus impulsionadores, entre outros, José Félix, Orlando Cristo e Alcides Farrica. O mestre Acácio, então com quase 90 anos de idade, ainda colaborou no ensino da música aos novos executantes.

Ao conceder a uma praça da Vila o nome de “Philharmonica Vianennse” pretende-se, de alguma forma, prestar homenagem a todos os homens e mulheres, músicos e não só, que ao longo de décadas deram o seu contributo desinteressado para que em Viana do Alentejo se pudesse ouvir o som alegre e doce da musica filarmónica.

Bibliografia:

Estatutos do Grupo Musical 1º de Dezembro, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1932.

Jornal “O Transtagano”, números diversos, 1929 – 1955

VIANA – Zona 5

5.1. RUA DO POÇO DO CONCELHO – Reposição de topónimo

Topónimo antigo, designava o troço inicial da antiga azinhaga que ia da Fonte da Cruz para o Santuário de Nossa Senhora d'Aires, passando pelo matadouro municipal (local onde hoje estão as instalações do grupo musical Seara Nova) e pela eira do João de Sousa (o agora campo de futebol). Esta azinhaga separava e servia as antigas Horta da Cruz e Horta da Cancela. O Poço do Concelho fazia parte de uma série de poços que se distribuíam um pouco por toda a vila, destinados ao abastecimento público e que eram propriedade do município. No século XIX já a sua água, imprópria para consumo pela presença próxima de uma vala de drenagem de águas sujas da vila, o “canal da Chica Maneta”, era apenas utilizada para a construção civil ou para outras actividades industriais. Era também funestamente conhecido por ser um dos locais mais utilizados para o suicídio, sendo que o último terá ocorrido por volta de 1966. Nessa data, ou um pouco depois, a Câmara mandou-o atulhar e tapar com uma placa de cimento, situação em que ainda hoje se encontra.

À azinhaga do Poço do Concelho encontra-se hoje atribuído, erradamente na nossa opinião, o nome do Padre Luís António da Cruz, prolongamento da artéria que começa no cruzamento da Rua Teófilo Braga e que deveria de terminar junto à Fonte da Cruz.

5.2. RUA VIANNA DE FOXEM

Os primeiros documentos que se referem ao espaço actualmente ocupado pela vila de Viana do Alentejo datam de meados do século XIII e fazem-no mencionando sempre uma “**Herdade de Foxem**”. Recuemos, então, até esses tempos nebulosos, em que nascia Portugal:

Como é sabido, o velho Condado Portucalense estendia-se, por alturas do nascimento de D. Afonso Henriques (1109) dos confins do Minho até Coimbra. Do outro lado do Mondego, uma vasta fatia de terra de ninguém separava as possessões cristãs das islâmicas. Avançando militarmente para Sul, o nosso rei fundador logrou conquistar, entre outras praças, Leiria, Santarém, Lisboa e Alcácer do Sal. Évora foi tomada por Geraldo, o Sem Pavor (1165), que a ofereceu ao monarca. No final do reinado do nosso primeiro rei assistiu-se a uma reinvestida dos mouros, que conseguiram retomar algumas cidades que tinham perdido alguns anos antes. Recuperaram, por exemplo, Alcácer do Sal, mas não conseguiram reaver Évora, em grande parte porque a cidade tinha ficado entregue a tropas cristãs de elite, os chamados “freires de Évora”, os quais, mais tarde, estiveram na origem da Ordem Militar de Avis.

O “alfoz” islâmico da “kwra” de Yabura, isto é, o espaço geográfico sobre o qual a cidade de Évora exercia o seu poder durante o domínio árabe, era muito grande, sendo limitado, pelo sul, pelo ribeiro de Odivelas, que o separava do da “kwra” de Beja. A Herdade de Foxem situava-se, toda ela, perto desses limites meridionais. O topónimo “Foxem” parece ser um antropónimo, derivando do nome árabe Rachid. Alguns trabalhos de investigação recentes pretendem que esta área era ocupada por “moçarabes”, cristãos que viviam sob o domínio do Islão (falavam árabe, vestiam como os árabes e tinham muitos dos seus hábitos), mas que ainda assim conseguiam praticar, com alguma liberdade, o culto de Cristo.

Durante algum tempo toda a região viveu sob um clima de grande incerteza, com o enorme poder militar da praça islâmica de Alcácer do Sal pairando como uma espada de Dâmocles sobre toda a região, impedindo assim a ocupação e exploração do território para além da segurança garantida pelas muralhas de Évora. A Herdade de Foxem seria, pois, nesses tempos do final do século XII, uma terra de ninguém, com os seus habitantes, a tê-los, sempre sujeitos às investidas rapaces, quer de cristãos, quer de mouros.

A pacificação definitiva do território acabaria por ocorrer com D. Afonso II, com a retomada de Alcácer do Sal, em 1217. Mais tarde, em 1232, seria reconquistada Serpa. À medida que os islamitas eram empurrados para sul, foi possível aos cristãos apoderarem-se das terras e bens que aqueles iam deixando para trás. Uma das formas de ocupação do território então praticada foi a “presúria”, qualquer coisa como uma declaração pública de tomada de posse, normalmente feita por quem tinha do seu lado a legitimidade da força das armas. Depois, o monarca sancionava ou não essa apropriação. No caso da Herdade de Foxem, sabemos que a presúria terá sido feita, em data que desconhecemos, por um cavaleiro-vilão de Évora, Pedro Martins do Senso. Este, em 1259, foi constrangido por D. Afonso III - ou fê-lo de livre vontade -, a entregar a herdade ao concelho de Évora, que por sua vez a deu a Gil Martins de Riba de Vizela. O documento que valida esta doação⁷, guardado na Torre do Tombo, é, dos que se referem à Herdade de Foxem, o mais antigo até ao momento conhecido.

Durante a “infância” de Viana, os seus primeiros cem anos, todos os documentos que a ela dizem respeito mencionam sempre uma Viana de Foxem, o que incluiu o seu primeiro foral, concedido por D. Dinis, o rei-lavrador, em 1313.

A memória de Viana de Foxem esteve gravada na pedra e no selo municipal durante séculos. O brasão com as armas do concelho, existente na fachada principal do edifício da antiga câmara, na Praça da República, atribuível ao século XIV, tinha inscrito inicialmente, em toda a sua volta:

“□SELO□DO CONCELHO□DE VIANNA□ DE FOXEM”.

Aquando da construção do edifício, na segunda metade do século XVII, mão bárbara erodiu na pedra as palavras SELO e FOXEM, substituindo-as, com pouca arte, pela palavra “ALEMTEJO”. Depois acrescentou, em números árabes, a data de então, 1683. Na Torre do Tombo, em Lisboa, está guardado o selo de metal que servia para lacrar os documentos emitidos pela Câmara de Viana. É precisamente igual ao da praça, mantendo contudo intacta a referência a Foxem. Especialistas dataram-no, também, do século XIV.

⁷ Torre do Tombo, Gavetas III, maço 8, documento 20.

Bibliografia:

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.

TAVORA, Luís Gonzaga de Lencastre e, *Estudo de Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Torre do Tombo, Gavetas III, maço 8, documento 20.

VILAR, Hermínia, FERNANDES, Hermenegildo, O Urbanismo de Évora no Período Medieval, in *Monumentos*, nº 26, 2007, p.p. 6-15.

5.3. RUA AFONSO III

Filho segundo de D. Afonso II e de D. Urraca, irmão de D. Sancho II, não estava, á nascença, destinado a ser rei. No entanto os episódios de convulsão interna que abalaram o reino de Portugal ao longo de grande parte da primeira metade do século XIII, acabaram por criar as condições para a sua ascensão ao trono.

O príncipe Afonso nasceu em Coimbra a 5 de Maio de 1210. Com 17 anos, em 1227, partiu para França, onde se juntou a sua tia, a rainha D. Branca de Castela, que na altura exercia a regência do reino dada a menoridade do seu filho, Luís, o futuro Luís IX, mais tarde canonizado como S. Luís. Portanto, Afonso III era primo direito de S. Luís, facto que poderá ter alguma relevância para uma possível explicação do facto de aquele rei taumaturgo ter sido muito venerado entre nós, ao ponto de o seu nome ter baptizado a torre de menagem do castelo de Viana e o largo que lhe está próximo. Ainda em França, o então príncipe acabou por acompanhar e fruir da distinta educação que estava a ser ministrada ao seu primo. Mais tarde esteve a seu lado na luta que aquele travou contra Henrique III de Inglaterra, tendo participado vitoriosamente na batalha de Saintes, em 1243. Entretanto tinha-se casado, em 1238, com a viúva Matilde de Bolonha, assumindo então o título de Conde de Bolonha.

Tendo subido ao trono em 1223, quase criança, D. Sancho II teve de lidar com um Portugal em ebulição, onde o projecto de criação de um estado-nação, centrado numa forte liderança régia, iniciado no século anterior, encontrava forte oposição da igreja e de grande parte das velhas famílias nobiliárquicas de Entre Douro e Minho, que se viam espoliadas de direitos senhoriais que sempre tinham exercido. O descontentamento foi liderado pela igreja, que logrou obter do Papa Inocêncio IV a bula *Grandi non immerito*, na qual se declarava Sancho II como “rex inutilis”, isto é, inútil para o governo dos povos. Uma delegação foi então a Paris, ao encontro do príncipe Afonso, conseguindo convencê-lo a reivindicar a coroa ao irmão. A guerra civil instalou-se no país, em 1246 e 1247, com grande parte da nobreza a passar-se para o lado do “Bolonhês”. Vencido, Sancho II abandonou Portugal, refugiando-se em Toledo, onde acabou por morrer pouco tempo depois, em 1248. Como não teve filhos, D. Afonso pôde então declarar-se rei de Portugal.

Ao invés de favorecer as pretensões do clero e da nobreza que lhe tinham dado o trono, D. Afonso III deu continuidade à política centralizadora iniciada pelo pai e pelo irmão, mas agora de forma mais astuciosa, diplomática e, sobretudo, firme. A legitimação do seu poder conseguiu-a através das armas, com a conquista definitiva do Algarve. Como esta região também era reivindicada por Afonso X de Castela, casou em segundas núpcias com uma filha daquele, conseguindo levar o sogro a conceder a soberania daquele reino ao neto, o futuro rei D. Dinis.

D. Afonso III promoveu uma política de reorganização administrativa do território, sobretudo das suas regiões meridionais, recentemente subtraídas ao domínio islâmico. Impulsionou o repovoamento de vastas regiões, com a instalação das chamadas “vilas novas”, urbes planeadas, de traçado ortogonal, “novidade” que terá importado de França. Ao criar novos concelhos – foi durante o seu reinado que nasceram os de Alcáçovas, Alvito e Portel –, D. Afonso III criava também aliados para a prossecução da luta anti-senhorial.

As vicissitudes conturbadas do processo de reconquista tinham permitido a alguns homens de guerra apoderarem-se, através da presúria, de domínios anteriormente

pertencentes a muçulmanos ou a moçárabes. No entanto essa tomada de posse de terras, baseada na capacidade do exercício da violência, tinha de ser validada pelo poder régio. A “Herdade de Foxem”, vasto espaço por onde hoje se estende a vila de Viana do Alentejo, tinha sido apresada por Pedro Martins do Senso, cavaleiro-vilão de Évora, em data desconhecida mas que será seguramente muito posterior a 1217. Por documento de 18 de Dezembro de 1259 foi o referido cavaleiro-vilão, a instâncias de D. Afonso III, constrangido a entregar ao Concelho de Évora a dita herdade, que por sua vez a passou a Gil Martins de Riba de Vizela.

Dever-se-á também a D. Afonso III o nome de Viana, tal como sucedeu em Viana do Castelo, onde o topónimo foi imposição ou sugestão daquele soberano⁸. Após a reconquista do Algarve, afastado que estava o perigo islâmico, começou o repovoamento dos territórios meridionais do reino, sendo que em muitos casos este foi feito com recurso a gentes vindas de outras paragens, sobretudo das áreas mais povoadas do Norte de Portugal ou da Europa. A toponímia das novas urbes acabou, em muitos casos, por reflectir a origem dos seus primeiros habitantes. Os exemplos são muitos: Nisa, na região de Portalegre, deve o seu nome à cidade provençal francesa de Nice. Ainda naquele concelho, a povoação de Tolosa estará relacionada com Toulouse⁹, também em França. A nossa vizinha Oriola, cujo foral primitivo data de 1282, deverá o seu nome e os seus primeiros vizinhos à Orihuela da região valenciana de Alicante¹⁰. Alguns dos novos povoamentos não ultrapassaram, contudo, a dimensão de simples casais (ou montes), como foi o caso de Biscaia, nos arredores de Santiago do Escoural. Tudo indica que algo de semelhante se passou com a nossa Viana, que terá ido buscar o seu nome à cidade de Vienne, também ela na Provence francesa.

Bibliografia:

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

⁸ Viana do Castelo também é uma vila-nova. O território teve, contudo, povoamento anterior, romano, designando-se então por “Atrium”.

⁹ BOISSILIER [2003], p.

¹⁰ LLORET [2008], p.6. A “vila nova” de Oriola veio substituir o antigo povoado de Bonalbergue.

BOISSELLIER, Stéphane, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

LLORET, Sonia Gutierrez, Los Orígenes de Tudmir y el Tolmo de Minateda (ss.VI-X), in http://alicante.academia.edu/SoniaGuti%C3%A9rrezLloret/Papers/976722/Los_origenes_de_Tudmir_y_el_Tolmo_de_Minateda_SS._VI-X_, acedido em 12.03.2011 às 11:45 horas.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia*, Vol II, Reedição fac-similada da edição de 1980, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995

VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Mem Martins, Edição do Circulo de Leitores, 2006.

5.4. RUA DE D. DINIS

A fundação de Viana do Alentejo também se encontra muito ligada à figura e à acção política daquele que foi o filho primogénito de D. Afonso III e sexto rei de Portugal, D. Dinis. Nascido em 1261, era filho do segundo casamento de D. Afonso III com D. Beatriz de Castela, filha de Afonso X, o Sábio. Terá herdado do pai e do avô o gosto pelas artes e pelas letras. Subiu ao trono em 1279, iniciando um longo reinado de quase 46 anos, a que a morte pôs fim apenas em 1325. No plano interno prosseguiu a política de seu pai, de reforço do poder régio face aos poderes privados, quer da nobreza, quer do clero. No plano externo e para contrabalançar o excessivo poder de Castela, casou com D. Isabel de Aragão, reforçando os laços com aquele reino. Com D. Dinis Portugal estabilizou as suas fronteiras, hoje as mais antigas do continente europeu, celebrando com Castela, em 1297, o Tratado de Alcanizes. Promoveu a agricultura – o que lhe deu o cognome de “o Lavrador” –, a marinha e a fundação da primeira universidade portuguesa. Tal como o seu pai, incrementou a criação e desenvolvimento dos concelhos, como estratégia de reforço do seu próprio poder.

A vila de Viana de Foxem, se bem que fundada no tempo de D. Afonso III, veio a receber o seu primeiro foral de D. Dinis, em Outubro de 1313. No ano anterior tinha

falecido o seu último donatário, o 2º conde de Barcelos, D. Martim Gil de Riba de Vizela, razão pela qual o senhorio da vila reingressou na coroa. D. Dinis já conhecia a povoação, uma vez que, pelo menos em Fevereiro de 1286, tinha nela permanecido alguns dias, aquando de uma deslocação de Évora a Beja. Sabemos também que aquele monarca apreciou a vila e os seus arredores, pois mais tarde, ao deixá-la de herança ao seu filho, o futuro Afonso IV, o fez com a condição deste não a poder transmitir a outrem, com excepção de sua mulher, D. Beatriz. Tanto quanto sabemos, do primeiro foral dionisino não chegou qualquer cópia aos nossos dias.

Se bem que tradicionalmente atribuído a D. Dinis, subsistem hoje muitas dúvidas sobre a verdadeira “paternidade” do castelo de Viana do Alentejo. O documento, até agora interpretado como seu fundador, faz alusão à construção de uma cerca, com 400 braças de perímetro (cerca de 800 metros) que deveria de envolver e proteger o casario da povoação. Também refere a obrigatoriedade da já existente "fonte grande" ficar no seu interior. Ora o que foi de facto construído foi um castelo – e não uma cerca, que é coisa diferente –, apenas com 240 metros de perímetro de muralhas, sendo que a tal "fonte grande", a actual fonte da praça, não está no seu interior.

Fundado ou não o castelo pelo rei-lavrador, o certo é que o documento que transformou um pequeno e emergente povoado num concelho, consignando-lhe jurisdição sobre um determinado território ou “termo”, a ele, D. Dinis, se deve. A vila deve ter conhecido assinalável crescimento nesses anos iniciais, pois à sua Igreja de Santa Maria de Foxem foi fixado, uns anos mais tarde (1320-1321), o pagamento de uma taxa proporcional aos seus rendimentos, no montante relativamente elevado de 300 libras.

Bibliografia:

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, D. Dinis, Mem Martins, Edição do Circulo de Leitores, 2005.

5.5. RUA D.GIL MARTINS DE RIBA DE VIZELA

A família **dos Riba de Vizela**, oriunda da região minhota que se estende a sul de Guimarães, foi uma das mais importantes, durante o século XIII, entre a chamada "nobreza velha" portuguesa. Com extensas terras e domínios no norte do reino, teve vários dos seus membros a exercerem funções na Cúria Régia, alguns como Mordomos-mores, outros como Alferes-mores, durante os finais do século XII e as primeiras seis décadas do século seguinte. Tiveram, como marca familiar, a lealdade e a afeição à pessoa do rei. Esta família atingiu o seu apogeu político e dominial com D. Gil Martins, entre 1250 e 1264, o mesmo a quem foi doado Oydaluicuez/Terena e Foxem/Viana dapar d'Evora, a actual Viana do Alentejo, e os respectivos termos.

D. Sancho II, nascido em 1209, enquanto criança pequena foi criado entre os Riba de Vizela, como aliás era costume naquela época. Poderá mesmo ter sido "colaço" ou "irmão de leite" de Gil Martins, uma vez que teriam quase a mesma idade. Os laços então criados, de amizade e mesmo de fraternidade, talvez mais do que apenas lealdade, terão perdurado até à morte de D. Sancho II¹¹.

Aquando dos acontecimentos que opuseram, em guerra civil, D. Sancho II a seu irmão Afonso, conde de Borgonha, Gil Martins nunca vacilou no apoio ao seu senhor e rei legítimo, ao contrário do que sucedeu com grande parte da nobreza de então, que se decidiu pela sublevação e esteve ao lado do futuro Afonso III. Respeitando a amizade e o contrato de vassalagem que o prendia a D. Sancho II, Gil Martins de Riba de Vizela lutou a seu lado na guerra civil de 1246-47 e, quando esta se encontrou perdida, acompanhou o rei para o exílio de Toledo. Quando, logo no início de 1248, D. Sancho II morreu no degredo, terá sido Gil Martins, fiel até ao fim, a testemunhar-lhe o testamento e a cerrar-lhe os olhos.

Pouco depois, ainda nesse ano de 1248, D. Gil Martins de Riba de Vizela regressou a Portugal. Já rei, D. Afonso III acolheu na corte o seu antigo inimigo. Parece que o facto do Riba de Vizela se ter mantido fiel a seu irmão, D. Sancho II, terá pesado na decisão

¹¹ REI [2001], pp. 13-15

do monarca. Lembremos que o infante Afonso, filho segundo de Afonso II, tinha sido educado na corte parisiense do primo Luís IX – mais tarde canonizado como S. Luís –, tendo também fruído de cuidada formação guerreira e moral, onde primavam os valores cavaleirescos da justiça e da probidade.

D. Afonso III demonstrou a sua confiança em Gil Martins de Riba de Vizela, nomeando-o Mordomo-Mor, o cargo “civil” mais importante da corte daquele tempo, grosso modo, uma espécie de primeiro-ministro. Entre as muitas concessões que recebeu do rei, destacaram-se, no então ainda recém-conquistado sul do País, a vila de Terena e a Herdade de Foxem, esta última no sul do termo de Évora. Nesta Herdade fundou Gil Martins a igreja de Santa Maria de Foxem, com a qual fez, em 1261, uma composição com o bispo D. Martinho de Évora. Nela, competia-lhe a ele, Gil Martins, apresentar (escolher) o clérigo que o bispo posteriormente confirmava, dividindo-se entre ambos os direitos auferidos¹². Foi certamente com base neste documento que o Padre António Carvalho da Costa, na sua *“Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal”*, afirmou que Gil Martins reedificou Viana.

Não se pode, contudo, falar de uma reedificação da Vila, pois isso implicaria a pré-existência, no mesmo local onde a actual Viana se assenta, de uma outra povoação, mais antiga, realidade que a observação arqueológica desmente. O certo é que o traçado geométrico dos quarteirões primitivos da Vila, aqueles que são limitados, a norte, pela Rua Dr. José António de Almeida e a sul pela Rua Prof. Manuel Prates/Rua da Graça, denunciam que estamos na presença de uma “vila nova”, de uma povoação planeada “ex-nihilo”, a partir do nada, um pouco como são as nossas modernas urbanizações, em que primeiro se traçam e constroem as ruas e só depois é que se edificam as casas. Antes, no urbanismo medieval (cristão ou islâmico), não havia esse planeamento, sendo que as ruas iam surgindo à medida que se construía as habitações, o que resultava em artérias estreitas e sinuosas e numa profusão de becos sem saída. Esta “moda” das “vilas novas”, de traçado geométrico, teve precisamente início em França, pelo que muitos estudiosos do urbanismo antigo português acordam

¹² Torre do Tombo, Gaveta I, maço 1, documento nº 9.

que teria sido trazida para Portugal justamente por D. Afonso III, o rei que não era para o ser e que antes tinha sido Conde da Borgonha.

Pretendem alguns autores ter Gil Martins outorgado, à Herdade de Foxem, um foral ou uma carta de povoamento. A lápide que está na parede principal da antiga Câmara Municipal, na Praça da República (ali colocada para assinalar a restauração do concelho, em 1898), informa que a vila teria recebido um primeiro foral, em 1255. Trata-se, contudo, de uma confusão com a Vila de Fossem, no julgado de Aguiar da Beira; até porque Gil Martins só terá recebido a Herdade de Foxem, das mãos do concelho de Évora - certamente cumprindo ordens de D. Afonso III -, em 1259. Ainda assim sabe-se que a iniciativa de fundar uma povoação na encosta norte da serra de S. Vicente teria partido do Riba de Vizela: a confirmá-lo, para além do documento já citada que instituía a Igreja de Santa Maria de Foxem, o facto de o nosso brasão municipal (um dos mais antigos do País), apresentar alguns elementos que também estão presentes nas armas daquela família, a saber, as duas cruzes laterais, chamadas de “pateadas”, e o leão central, que também passou a constar nas armas dos Vizela a partir do momento em que o Mosteiro de Pombeiro passou a integrar os seus bens¹³.

Com a morte de Gil Martins a herdade, com o seu despontante povoado e igreja, passou para o seu filho, Martim Gil. Como este não teve descendência legítima, foram estes bens devolvidos e reintegrados na Coroa, ao tempo de D. Dinis. Será então este rei a conceder à povoação que então emergia o seu primeiro foral, corria então o ano de 1313.

Podemos assim afirmar que na origem mais remota da fundação da nossa Vila esteve o comportamento exemplar de um homem que, tendo jurado pacto de vassalagem e serviço ao seu rei, senhor e amigo, levou até ao fim esse juramento, correndo o risco, ele e toda a sua família, de tudo perderem. Mas Afonso III, rei justo e letrado, recompensou-o, tendo-lhe dado, entre outros bens, as terras onde depois se instalou Vianna, primeiro de Foxem, depois “a par de Alvito” ou “a par de Évora”, só muito mais tarde do Alemtejo.

¹³ TAVORA [1993], p.

Bibliografia:

REI, António, “Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)”, in *Revista Callipole*, nº 9, Vila Viçosa, Edição da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2001, pp.13-22.

TAVORA, Luís Gonzaga de Lencastre e, *Estudo de Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Torre do Tombo, Gaveta I, maço 1, documento nº 9.

VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Tese de Doutoramento em História, Coimbra, s.n. 1993.

5.6. TRAVESSA DA MOAGEM

Não se sabe ao certo quando se instalou, nos terrenos da velhíssima Horta de Santo António, o chamado “lagar novo”, designação que o diferenciava do “lagar velho” que existiu na rua do mesmo nome, perpendicular à antiga Rua das Pedras (actual Rua Dr. António José de Almeida). Certo é que parte da antiga “Carreira de Portel” passou então a designar-se, como ainda hoje se designa, Rua do Lagar Novo.

O edifício dos “Moinhos de Santo António”, hoje desactivado, foi inaugurado em Abril de 1949, depois de um violento incêndio ter destruído, em Novembro de 1946, as instalações anteriores. A moagem de farinhas e o lagar de azeite anexo eram propriedade dos irmãos Francisco e Joaquim Fadista, filhos de Francisco Joaquim Vasques Fadista. Este último era natural de Santiago do Escoural, onde nasceu em 1858. Por volta de 1884 instalou-se em Viana do Alentejo, trazendo consigo o saber da produção de farinhas de trigo. Quando faleceu, em 1931, dois dos seus filhos deram continuidade à actividade. Um outro esteve também ligado ao ramo, com uma padaria na Rua Padre Luís António da Cruz, mais tarde trespassada a Jerónimo “Lamanca”.

Nos anos oitenta do século passado os “Moinhos de Santo António” foram adquiridos pela fábrica de rações Fratejo para ali construir, nos terrenos anexos, as suas novas instalações. Inauguradas em 1990 tiveram vida efémera, tendo encerrado em 2002.

Bibliografia:

Diário de Notícias, edição de xx Novembro de 1946.

5.7. RUA DA HORTA DE SANTO ANTÓNIO

O nome desta artéria evoca o da Horta de Santo António, propriedade rural que durante séculos existiu na periferia Este da vila de Viana do Alentejo. Confrontava, a Oeste e a Sul, com a “Carreira de Portel”, nome pelo qual era conhecido a actual Rua 5 de Outubro. A Norte o seu limite era a Horta da Cancela, topónimo curioso que se deve relacionar com a provável existência, no local, de uma espécie de “porta” da vila, local onde se pagavam os impostos municipais relativos ao movimentação de pessoas e bens: peagem, portagem, carretagem, etc. Na Horta de Santo António existiu certamente um edifício de algum porte, apalaçado, cuja memória nos é testemunhada pelos restos de uma janela quinhentista. O culto de Santo António foi muito popular em Viana, tendo mesmo existido uma importante confraria que funcionou numa pequena capela dentro do castelo, instalada sobre a sacristia da Igreja Matriz.

6. NOTAS FINAIS

RUA e LARGO ADRO DOS JUDEUS – Propõe-se ainda a rectificação das placas toponímicas desta rua e largo. Há cerca de trinta anos, aquando da substituição das velhas placas negras pelas novas de azulejo, foi erradamente alterada a designação de “Adro dos Judeus” para “À dos Judeus”, pelo que se sugere a reposição do topónimo primitivo.

O topónimo “Adro dos Judeus” evoca a presença, neste local, do cemitério da expressiva comunidade judaica de Viana do Alentejo.

Francisco Baião

Viana do Alentejo, 10 de Maio de 2012